

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

Relatório da administração.....	01
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	07
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	16
Termo de responsabilidade.....	43

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis regulatórias, com as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1. Mensagem do Presidente

2020 foi mais um ano muito desafiador e de grandes avanços dos projetos de Transmissão na Companhia. Concluímos com muito esforço seis dos oito empreendimentos que estavam em andamento, alcançando assim 75% do total da RAP (Receita Anual Permitida).

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário de R\$ 1,4 Bilhão.

Nossos investimentos atingiram R\$ 1,027 Bilhão focados na conclusão das obras, termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias

Para 2021, mantemos nosso foco na conclusão das duas obras em finalização e constante melhoria da qualidade do serviço prestado e nos resultados dos nossos colaboradores. A eles, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos acionistas, fornecedores e parceiros.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora SPE 6 é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. “EQTL”, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma *holding* com atuação em todos segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 330 quilômetros. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 16 municípios dos Estados de Minas Gerais: Janaúba, Francisco Sá, Montes Claros, Juramento, Glaucilândia, Guaraciama, Bocaiúva, Olhos d’Água, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Santo Hipólito, Monjolos, Gouveia e Presidente Juscelino.

Em 31 de dezembro, o investimento total realizado adicionado de uma previsão de conclusão de obra (ressaltamos que as obras físicas já concluídas ainda possuem desembolsos a realizar) totaliza-se em R\$529 milhões, e sua RAP (Receita Anual de Permitida) prevista em contrato totaliza o montante de R\$106.179 , atualizado anualmente pelo IPCA, em períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 61 , de 1 de agosto de 2017.

3. Relatório de Ações Sociais

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., no âmbito do licenciamento ambiental foram desenvolvidas diversas ações sociais juntas as comunidades remanescentes quilombolas – CRQ (CRQs. CRQ Bem Viver de Vila Nova dos Poções, em Janaúba (MG); CRQ Poções, em Francisco Sá (MG); CRQ Sítio, CRQ Mocambo e CRQ Borá, em Bocaiúva (MG); e CRQ Caco/Vargem do Rancho/Taboa II e CRQ Boi, em Pindaí (BA)), localizadas ao longo da LT 500kV Igarorã – Presidente Juscelino. As ações vão desde a construção de 7 (sete) sedes de associações, todas equipadas com aparelhos multimídia e infraestrutura básica, uma panificadora com maquinário industrial, um campo de futebol semiprofissional e reforma de um outro campo de futebol, duas cozinhas industriais, uma praça de convivência e uma área de lazer para festividade cultural e apresentações musicais. Além do desenvolvimento de atividades produtivas por meio da troca de saberes entre os conhecimentos da população local e de técnicos especialistas na geração de renda. Foi ofertado suporte para qualificação da mão de obra local e executados cursos de média duração de capacitação em Agroecologia e Manejo de Recursos Hídricos e Florestais, Curso de Economia Solidária, curso de Apicultura, reforma de uma casa de farinha, instalação de sistema de geração de energia solar em uma fábrica de polpas de frutas e instalação de uma mini usina de energia solar.

A população jovem de alguns municípios localizados ao longo da linha, estão sendo contemplados com cursos de capacitação profissional, através de convênio firmado entre a EQUATORIAL e os SENAI Montes Claros e SENAI de Vitória da Conquista, os cursos de auxiliar administrativo e de recursos humanos,, além de eletricista instalador residencial de baixa tensão, os cursos vão beneficiar vão atender os municípios de Monte Azul-MG, Janaúba-MG, Bocaiuva-MG, Buenópolis-MG, Santo Hipólito-MG, Presidente Juscelino-MG, Guanambi-BA, Urandi-BA e Caetité-BA, para um total de 390 jovens.

Diretrizes:

SUSTENTABILIDADE

Gerar valor compartilhado para a Equatorial Energia e a sociedade. Bem como aprimorar os sistemas de gestão, de modo a promover e garantir a melhoria contínua dos processos, fortalecendo os princípios da sustentabilidade.

INTEGRIDADE

Prevenir e combater a corrupção e fraude em todas as suas formas, em sua esfera de influência. Bem como difundir o Código de Ética e Conduta em toda nossa Cadeia de Valor.

DIREITOS HUMANOS

Conduzir as nossas ações de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que tange nossas atividades e promover a temática em toda nossa cadeia de valor.

MEIO AMBIENTE

Garantir que o Sistema de Gestão Ambiental seja eficiente. Assim como garantir a obediência aos requisitos legais e regulatórios relacionados ao Meio Ambiente do negócio.

ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Integrar a sustentabilidade com canais de diálogo amplo, transparente, permanente e estruturado com as partes interessadas, respeitando a equidade, a diversidade e a cultura das comunidades onde atuamos, promovendo o desenvolvimento sustentável local com geração de valor compartilhado.

INOVAÇÃO

Promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nos conceitos de sustentabilidade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Garantir que um efetivo Investimento Social Privado e evoluir em Indicadores Sociais interna e externamente.

Em 2020, em todas as unidades buscamos dialogar com as nossas comunidades de atuação e realizar ações de acordo com as necessidades de cada comunidade.

4. Andamento do Projeto

As negociações fundiárias estão concluídas desde dezembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em fevereiro de 2021, com validade de 10 (dez) anos (dezembro de 2030) A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. A perspectiva de entrada em operação está para abril de 2021.

5. Captação de Recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a Outorgada captou um total de R\$ 411,7 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP referente ao contrato com o BNDES.

Fonte	2020	2019	Total
Outras dívidas	-	-	-
BNDES	188.200	223.500	411.700
Total	188.200	223.500	411.700

6. Investimentos

Os investimentos em 2020 totalizaram R\$275 Milhões, crescimento de 7% em relação ao ano anterior. As negociações fundiárias foram concluídas em dezembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em fevereiro de 2021, com validade de 10 (dez) anos.

A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. A perspectiva de entrada em operação está para abril de 2021.

7. Desempenho Econômico-Financeiro

Custos e despesas operacionais gerenciáveis

Em 2020, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R\$ 0,6 Milhão.

EBITDA

Em 2020, o EBITDA Societário atingiu R\$ 339,1 milhões.

Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3,6 milhões.

Lucro líquido

Em 2020, a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A apurou Prejuízo Líquido de R\$ 4 Milhões.

8. Endividamento

No fechamento de 2020, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 446 milhões. Na nossa visão, as dívidas da SPE 06 têm um perfil confortável de vencimentos, sem valores a vencer em curto prazo e com carência até julho/2022. A Companhia ainda não está sujeita a apuração de dívida líquida por EBITDA até o fim da completion físico financeiro, período no qual são apurados os indicadores de forma consolidada pelo seu avalista e controlador Equatorial Energia.

9. Acionistas, gestão e plano empresarial.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. A Companhia também pode pagar dividendos extraordinários, caso sejam aprovados pela Assembleia Geral.

No exercício de 2020, em virtude das suas Controladas se encontrarem em fase de construção do empreendimento, a sua parcela de lucros ainda não foi realizada financeiramente (ou seja, é apenas uma receita projetada). Sendo assim, apesar do seu lucro contábil a Companhia não registrou dividendos a pagar no exercício.

Além disso, a Outorgada constituiu R\$ 11.201 mil de reserva legal que representa 5% do lucro líquido societário de R\$ 224.025 mil. Ressaltando que a reserva legal é limitada a 20% do capital social.

Composição acionária: O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, subscrito é R\$ 106.165 e integralizado é de R\$ 104.770 (em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito é de R\$ 106.165 e integralizado de R\$ 104.770), representado por 106.164 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de agosto de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', is written over a faint, light-colored signature line.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	146
Investimento de curto prazo	7	16.046	54.602
Tributos compensáveis		594	500
Despesas pagas antecipadamente		-	36
Outros ativos circulantes		200	-
Total do ativo circulante		16.849	55.284
Não circulante			
Depósitos judiciais			3.404
Tributos compensáveis		482	-
Despesas pagas antecipadamente		-	181
Outros ativos não circulantes		125	-
Imobilizado	8	549.639	293.385
Intangível	9	10.221	6.358
Total do ativo não circulante		560.467	303.328
Total do ativo		577.316	358.612

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	10	32.971	29.663
Tributos a recolher		1.114	1.430
Imposto de renda e contribuição social a recolher		17	-
Outros passivos		868	627
Total do passivo circulante		34.970	31.720
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	446.050	226.284
Tributos a recolher		30	33
Outros passivos		1.651	1.651
Total passivo não circulante		447.731	227.968
Patrimônio líquido			
Capital social	14	104.770	104.770
Lucro (prejuízo) acumulado		(10.155)	(5.845)
Total do patrimônio líquido		94.615	98.925
Total do passivo e patrimônio líquido		577.316	358.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

- - 0

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	15	<u>(695)</u>	<u>(55)</u>
Pessoal e administradores		<u>(640)</u>	
Depreciação e amortização		<u>(55)</u>	<u>(55)</u>
Resultado da atividade		<u>(695)</u>	<u>(55)</u>
Resultado financeiro		<u>(3.615)</u>	<u>(5.538)</u>
Despesas financeiras		<u>(3.615)</u>	<u>(5.538)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(4.310)</u>	<u>(5.593)</u>
Prejuízo após o imposto do exercício		<u>(4.310)</u>	<u>(5.593)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(4.310)</u></u>	<u><u>(5.593)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(4.310)	(5.593)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>(4.310)</u>	<u>(5.593)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>53.364</u>	<u>-</u>	<u>(252)</u>	<u>53.112</u>
Aumento de capital social	51.406	-	-	51.406
Prejuízo do exercício	-	-	(5.593)	(5.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>104.770</u>	<u>-</u>	<u>(5.845)</u>	<u>98.925</u>
Prejuízo do exercício (Nota 14)	-	-	(4.310)	(4.310)
Reserva Legal (Nota 14)	-	17.728	(17.728)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>104.770</u>	<u>17.728</u>	<u>(27.883)</u>	<u>94.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(4.310)	(5.593)
Despesas que não afetam o caixa		
Amortização do intangível	(55)	55
	<u>(4.365)</u>	<u>(5.538)</u>
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Tributos compensáveis	(576)	(378)
Depósitos judiciais	3.404	(684)
Despesas pagas antecipadamente	217	
Outros créditos a receber	(325)	416
Fornecedores	3.308	-
Tributos a recolher	(302)	558
Partes relacionadas	-	(1.879)
Outras contas a pagar	242	258
Caixa gerado pelas / (utilizado nas) atividades operacionais	<u>5.968</u>	<u>(1.709)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.603</u>	<u>(7.247)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(224.142)	(213.344)
Aquisições no ativo intangível	(3.808)	210
Resgates/ Aplicações financeiras	38.556	(53.831)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(189.394)</u>	<u>(266.965)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	187.654	222.183
Aumento de capital	-	51.406
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	<u>187.654</u>	<u>273.589</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(137)</u>	<u>(623)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	146	769
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	146
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(137)</u>	<u>(623)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Check

-

-

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (“Companhia” ou “SPE 06”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV(*), com extensão aproximada de 330 quilômetros.

Com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 106.179, a RAP da concessionária é reajustada, anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O compromisso assumido no Contrato de Concessão mencionado acima é de entrar em operação comercial até 9 de fevereiro de 2022.

1.1. Impactos do COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em decorrência dessa pandemia, a Companhia, que está em operação, identificou as seguintes dificuldades:

- Redução das equipes de campo devido aos procedimentos de isolamento social;
- Decretos municipais e estaduais que impedem a circulação de pessoas e restringe a circulação de veículos em algumas rodovias;
- Notificação por prefeituras municipais obrigando a paralisação completamente das atividades de campo;
- Ausência de locais para hospedagem de equipes;
- Não cumprimento de prazos de entregas de materiais, equipamentos e serviços por parte dos fornecedores;
- Deslocamento/transporte de materiais e equipamentos devido a restrições de passagem impostas em algumas rodovias;
- Realização de comissionamentos de instalações, os quais muitas vezes dependem da presença de técnicos vindos de outros estados da federação e até de outros países;
- Realização do planejamento da entrada em operação comercial de instalações devido aos técnicos do ONS responsáveis pelo processo estarem em teletrabalho; e
- Realização de manutenções programadas e de urgência devido às restrições de acesso nas subestações e deslocamento/transporte de materiais.

Tendo em vista que um dos efeitos da pandemia no setor elétrico diz respeito à redução de consumo (tanto de distribuidoras como de consumidores livres), em 20 de abril de 2020, a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.106/2020, determinou desconto nos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica – EUST-RB do segmento de consumo dos Usuários do Sistema de Transmissão para os meses de abril, maio e junho de 2020 que, conseqüentemente, diminuiu a arrecadação das concessionárias de transmissão durante esse período. No entanto, não

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

há efeitos econômicos para as concessionárias de transmissão, pois no início do Ciclo 2019-2020 houve elevada arrecadação e no ciclo 2020-2021 está previsto que esse superávit/déficit de arrecadação será devolvido/ressarcido, respectivamente, como Parcela de Ajuste.

Além dessa medida, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 8.926/2020, autorizando a postergação em 04 (quatro) meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica listadas como prioritárias, empreendimentos de transmissão destinados à conexão de acessantes, objeto de Contrato de Conexão a Instalações de Transmissão – CCT, desde que previamente acordado entre as partes do contrato, e suspensão dos processos autorizativos de reforços e melhorias até nova avaliação dos efeitos da pandemia da COVID-19, com exceção das obras prioritárias determinadas pelo ONS. Essa postergação não afeta os empreendimentos da Companhia por serem listados como prioritários devido à importância sistêmica.

A Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Vale lembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

A Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Na gestão de empréstimos, a Companhia revisou o processo de refinanciamento e substituição das dívidas de curto prazo, que irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido, factíveis e prontamente executáveis para financiar seu plano de investimentos em 2020.

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017-ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União e a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., o prazo de concessão são de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual período, a critério do poder concedente.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

2.1 Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 57, de 01 de agosto de 2017.

Adicionalmente, a Companhia obteve junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) o direito a Redução de 75% do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), por meio da Resolução 367/2018, cuja fruição do benefício está condicionada à entrada e operação das Linhas de Transmissão e Subestações, e apresentação à SUDENE dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção de Laudo Constitutivo.

2.2 Licenças ambientais (informações não auditadas)

Licença de operação

A Companhia conta com a licença de operação 1605/2021 emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vigentes a partir de sua assinatura (11/02/2021), com validade pelo período de dez anos que autorizam o empreendimento LT 500 kV Janaúba 3 – Presidente Juscelino, C2 – Lote 16.

Licença de instalação

Atualmente a Companhia conta com a Licença de Instalação nº 1254/2018, que autoriza a implantação do empreendimento e a autorização nº 1340/2018 que permite a supressão de vegetação de área correspondente a 474,29 hectares para implantação das linhas de transmissões (LT) 500kV Igaporã III – Presidente Juscelino, a ser instalada nos estados de Minas Gerais e Bahia.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 17 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2021.

4.2 Base de mensuração

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros - Definição do valor justo por meio de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

4.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis regulatórias em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

5 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 4 emitidas em 24 de março de 2021, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

5.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

5.2 Imobilizado em curso

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

5.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos bancários à vista	<u>9</u>	<u>146</u>

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Investimentos temporários

	<u>2020</u>	<u>/2019</u>
Aplicação direta (CDB)	<u>563</u>	668
Total aplicações financeiras	<u>563</u>	668
Fundo de investimento (Exclusivo)		
Operações compromissadas	-	24.530
Cotas de fundos de investimento	15.483	17.060
Títulos públicos	-	12.345
Contas a pagar/receber	-	(1)
Cheques não compensados	-	-
Subtotal	<u>15.483</u>	<u>53.934</u>
Total	<u>16.046</u>	<u>54.602</u>

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL).

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 equivale a 78,53% do CDI (98,56% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
Abaixo, segue a abertura dos saldos vencidos e a vencer:

8 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Transfe-rências (B)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas	Valor Líquido em 2020	Valor Líquido em 2019
Transmissão	293.385	256.254		549.639	256.254	549.639	293.385
Máquinas e Equipamentos	237.499	149.280	121.861	508.640	271.141	508.640	237.499
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.698	-	-	1.698	-	1.698	1.698
Adiantamentos a fornecedores	54.188	106.974	(121.861)	39.301	(14.887)	39.301	54.188
Total do Ativo Imobilizado	293.385	256.254	-	549.639	256.254	549.639	293.385

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo imobilizado em curso	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	2020		2019
			Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	0.00%	549.639	-	549.639	293.385
		549.639	-	549.639	293.385
Adições do ativo imobilizado em curso	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Total
Máquinas e equipamentos	129.289	83.526	27.562	30.764	271.141
Adiantamentos a fornecedores	(4.719)	(10.168)	-	-	(14.887)
Total das adições	124.570	73.358	27.562	30.764	256.254

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

9 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 2020	Valor Líquido em 2019
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	6.358	3.918	10.276	3.918	(55)	10.221	6.358
Servidões	4.568	3.918	8.486	3.918	-	8.486	4.568
Softwares	2	-	2	-	-	2	2
Outros	1.788	-	1.788	-	(55)	1.733	1.788
Total do Ativo Intangível	6.358	3.918	10.276	3.918	(55)	10.221	6.358

(*) A taxa de amortização utilizada é de 3,33% a.a..

10 Fornecedores

	2020	2019
Materiais	27.770	9.735
Serviços	3.347	16.278
Materiais com serviços	1.585	3.483
Cauções	269	167
Total	32.971	29.663

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. Em 31 de dezembro 2020, o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 29 dias (19 dias em 31 de dezembro de 2019).

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Abertura do endividamento

Instituição / Linha credora	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia
BNDES - Subcrédito A	223.686	223.686	Sim	abr-19	Outro
BNDES - Subcrédito B	223.686	223.686	Sim	abr-19	Outro
CCAP - BNDES	(1.322)	(1.322)	sim	dez-20	Outro
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	446.050	446.050			

Continuação

Instituição / Linha credora	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional								
BNDES - Subcrédito A	IPCA	5%	15/08/2022	Mensal	15/08/2022	15/12/42	Mensal	Outro
BNDES - Subcrédito B	IPCA	5%	15/08/2022	Mensal	15/08/2022	15/12/42	Mensal	Outro
CCAP - BNDES	Pré				30/01/2021	15/12/42	Mensal	Outro

Continuação

Instituição / Linha credora	2022	2023	2024	2024+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.954	17.689	18.021	404.386	446.050
BNDES - Subcrédito A	4.565	10.956	10.956	197.209	223.686
BNDES - Subcrédito B	2.711	6.733	7.065	207.177	223.686
CCAP - BNDES	(1.322)	-	-	-	(1.322)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	226.284	226.284
Ingressos	-	17.509	17.509
Encargos	-	188.200	188.200
Varição Monetária e Cambial	-	14.603	14.603
Custo de captação	-	(546)	(546)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	446.050	446.050

Passivo Passivo não

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-		
Ingressos	-	223.500	223.500
Encargos	-	2.880	2.880
Pagamentos de juros	-	1.221	1.221
Custo de captação	-	(1.317)	(1.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	226.284	226.284

- (a) Durante o exercício corrente houve uma liberação em 27 de fevereiro no valor de R\$ 100.000, em 28 de maio no valor de R\$ 54.200, em 04 de setembro no valor de R\$ 24.000 e em 29 de dezembro no valor de R\$ 10.000, referente ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 4,92% a.a., e vencimento final em dezembro de 2042.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussórias para mais detalhes, vide nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas) e *covenants* (apresentados pelo seu avalista e controlador final, Equatorial Energia S.A.) cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Equatorial Energia S.A. manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Abertura dos ativos financeiros

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou juros
Ativos Financeiros	-	16.055	-	16.055	
Caixa e Investimentos temporários	-	16.055	-	16.055	CDI

Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
(+) Dívida Bruta	-	-	446.050	446.050
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	446.050	446.050
(-) Ativos Financeiros	-	(16.055)	-	(16.055)
Alta Liquidez	-	(16.055)	-	(16.055)
(+) Dívida Líquida I	-	(16.055)	446.050	429.995

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

Empresas	2020		2019	
	Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Efeito no resultado
Outros créditos a receber				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	2	-	-	-
Equatorial Transmissão S.A.	181	181	-	-
Total	183	181	-	-

Empresas	2020		2019	
	Passivo	Efeito no resultado	Passivo	Efeito no resultado
Outras contas a pagar (a)				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S. A	(63)	63	(55)	9
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S. A	(25)	25	(28)	6
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S. A	(11)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S. A	(21)	-	-	-
Equatorial Transmissão S.A.	(683)	-	(478)	1.303
Total	(803)	88	(561)	1.318

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento.

Remuneração das pessoas chaves da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o pessoal-chave da Administração conta com sete membros no Conselho da Administração e seis membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

Garantias

Instituição	Valor do financiamento (*)	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2020
BNDES – Subcrédito A	209.541	100	15/05/2019	15/12/2042	104.538	223.686
BNDES – Subcrédito B	209.541	100	15/05/2019	15/12/2042	104.538	223.686
	419.082	-	-	-	209.076	447.372

* Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Provisão para litígios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 106.165 e integralizado é de R\$ 104.770 (subscrito de R\$ 106.165 e integralizado de R\$ 104.770 em 31 de dezembro de 2019). Sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares em 2020			
	Ordinárias	%	Total	%
Equatorial Transmissão S.A.	106.165.001	100%	106.165.001	100%

Conforme Reunião do Conselho da Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia têm até 31 de dezembro de 2022 para integralizar totalmente seu capital social.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 106.179, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

14.2 Reservas de lucros

Reserva de lucros

	2020	2019
Reserva legal (a)	17.728	-
Prejuízos acumulados (b)	(27.883)	(5.845)
	<u>(10.155)</u>	<u>(5.845)</u>

(a) Reserva legal (Societária)

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Conforme a orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), valor da reserva legal deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva legal é de R\$ 17.728.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Prejuízos acumulados

O efeitos que geram esse prejuízo são originados pelas diferenças entre a contabilidade societária e regulatória (que incluem a contabilização da reserva legal e dividendos societários), as quais são apresentadas na nota explicativa 17.8.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos prejuízos acumulados é de R\$ 27.883 (R\$ 5.845 em 31 de dezembro de 2019).

Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir concilia o lucrolíquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	(4.310)	(5.593)
Denominador		
Média ponderada de ações no cálculo do lucro (prejuízo) por ação	<u>106.165</u>	<u>106.165</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	<u>(0,0406)</u>	<u>(0,0527)</u>

15 Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Parcela “B”	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal e administradores (*)	(640)	-
Depreciação e amortização	<u>(55)</u>	<u>(55)</u>
Total	<u>(695)</u>	<u>(55)</u>

Segue abaixo a abertura do grupo de pessoal conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e administradores	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal		
Remuneração	<u>(169)</u>	-
	(169)	-
Administradores		
Remuneração	<u>(471)</u>	-
	(471)	-
Total	<u>(640)</u>	<u>-</u>

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2020, das Unidades de Negócio: Transmissão (T).

	Transmissão	Total
Receita líquida	-	-
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores (*)	(640)	(640)
Depreciação e amortização	(55)	(55)
	<u>(695)</u>	<u>(695)</u>
Resultado da atividade	<u>(695)</u>	<u>(695)</u>

17 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Balanço patrimonial

Notas	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	9	146	-	146
Investimentos temporários	16.046	-	16.046	54.602	-	54.602
Tributos compensáveis	594	-	594	500	-	500
Ativos de contratos	17.1	-	(37.607)	-	(33.086)	33.086
Adiantamento a fornecedores	17.2	-	(39.301)	-	(54.188)	54.188
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	36	-	36
Outros ativos circulantes	200	-	200	-	-	-
	<u>16.849</u>	<u>(76.908)</u>	<u>93.757</u>	<u>55.284</u>	<u>(87.274)</u>	<u>142.558</u>
Total do ativo circulante	<u>16.849</u>	<u>(76.908)</u>	<u>93.757</u>	<u>55.284</u>	<u>(87.274)</u>	<u>142.558</u>

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	17.6	-	(677.543)	677.543	-	(396.395)	396.395
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	(107.911)	107.911	-	(23.928)	23.928
Receita de construção		-	(530.075)	530.075	-	(350.709)	350.709
Ativo de contrato- Ganho realização		-	(39.557)	39.557	-	(21.758)	21.758
Tributos	17.6	-	62.673	(62.673)	-	36.666	(36.666)
PIS-PASEP		-	11.180	(11.180)	-	6.540	(6.540)
Cofins		-	51.493	(51.493)	-	30.126	(30.126)
Receita líquida / Ingresso líquido		-	(614.870)	614.870	-	(359.729)	359.729
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	17.6	-	275.061	(275.061)	-	192.748	(192.748)
Custo de construção		-	275.061	(275.061)	-	192.748	(192.748)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		-	(339.809)	339.809	-	(166.981)	166.981
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(695)	-	(695)	(55)	-	(55)
Pessoal e administradores		(640)	-	(640)	-	-	-
Depreciação e amortização		(55)	-	(55)	(55)	-	(55)
Resultado da Atividade		(695)	(339.809)	339.114	(55)	(166.981)	166.926
Resultado Financeiro		(3.615)	-	(3.615)	(5.538)	1	(5.539)
Despesas financeiras		(3.615)	-	(3.615)	(5.538)	1	(5.539)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(4.310)	(339.809)	335.499	(5.593)	(166.980)	161.387
Despesa com impostos sobre o lucro	17.6	-	111.474	(111.474)	-	57.478	(57.478)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		(4.310)	(228.335)	224.025	(5.593)	(109.502)	103.909
Resultado líquido do exercício		(4.310)	(228.335)	224.025	(5.593)	(109.502)	103.909
Lucro por ação básico - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,0406)		2,1102	(0,0527)		0,0020

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Efeito de contabilização de contrato de concessão - Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.175.112 (R\$ 497.569 em 31 de dezembro de 2019), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

17.2 Adiantamento a fornecedores

O ajuste de adiantamentos a fornecedores é de R\$ 39.301 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 54.188 em 31 de dezembro de 2019). Os adiantamentos a fornecedores foram efetuado para a construção da linha de transmissão, sendo classificados como imobilizado em curso na contabilidade regulatória. Na contabilidade societária, os adiantamentos são destacados no balanço patrimonial, e compõem os ativos de contrato junto ao imobilizado.

17.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 549.639 em 31 de dezembro de 2020 (e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 293.385), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se o ICPC01 (R1), além da estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado garantindo que não seja afetado pelo CPC47.

17.3.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão. em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

17.4 Intangível

O ajuste de R\$ 8.785 em 31 de dezembro de 2020 (e R\$ 4.867 em 31 de dezembro de 2019), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

17.4.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão até 31 de dezembro de 2020.

17.5 Tributos diferidos

O ajuste de R\$ 291.266 em 31 de dezembro de 2020 (e R\$ 117.117 em 31 de dezembro de 2019), identificado entre o tributos diferido regulatório e o societário, é decorrente dos imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidos sobre a receita/custo de construção, onde todos os efeitos são provenientes da aplicação do CPC 47, que são eliminados nas demonstrações regulatórias.

- (i) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

17.6 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Companhia adotar na demonstração regulatória o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

17.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2020	2019
Saldos conforme contabilidade societária	459.338	235.313
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) (a)	<u>(364.723)</u>	<u>(136.388)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>94.615</u>	<u>98.925</u>

- (a) O efeito é decorrente do reconhecimento de procedimentos na contabilidade societária apenas para o ativo financeiro, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia. A Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Portanto, na contabilidade regulatória, tais práticas não são executadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

17.8 Conciliação do resultado societário e regulatório

	2020	2019
Saldos conforme contabilidade societária	224.025	103.909
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	<u>(228.335)</u>	<u>(109.502)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício - Regulatório	<u>(4.310)</u>	<u>(5.593)</u>

- (a) O efeito é decorrente do reconhecimento de procedimentos na contabilidade societária apenas para o ativos de contrato, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia. A Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Portanto, na contabilidade regulatória, tais práticas não são executadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos temporários, e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos e AICs ressarcíveis, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

18.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

a. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2020		2019	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	9	9	146	146
Investimentos temporários	Valor justo por meio do resultado	16.046	16.046	54.602	54.602
	Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	resultados				
Total do ativo		16.055	16.055	54.748	54.748

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2020		2019	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	32.971	32.971	29.663	29.663
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	446.050	447.373	226.284	226.284
Total do passivo		479.021	480.344	255.947	255.947

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Investimentos temporários, - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos, financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo; são classificadas como custo amortizado e estão contabilizadas pelos seus valores amortizados; e

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

19 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2019.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Investimentos temporários,

As aplicações financeiras são mantidas em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 11 e 12 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis regulatórias:

	Valor contábil (*)	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	446.050	1.077.277	-	-	20.770	158.943	897.564
Fornecedores	32.971	32.971	-	32.971	-	-	-
Total	479.021	1.110.248	-	32.971	20.770	158.943	897.564

*Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(c) Risco de taxa de juros

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2020 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Investimentos temporários	16.046	16.500	16.614	16.727	16.387	16.273
Impacto no resultado	454	114	227	(114)	(227)	
Passivos Financeiros						
Empréstimos, financiamentos	(447.373)	(467.460)	(472.482)	(477.504)	(462.438)	(457.417)
Impacto no Resultado	(20.087)	(5.022)	(10.044)	5.022	10.044	
Efeito líquido no resultado	(19.633)	(4.908)	(9.816)	4.908	9.816	
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2020	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	2,83	2,76	3,54	4,25	2,12	1,42
IPCA (% 12 meses)	4,49	4,52	5,61	6,74	3,37	2,25

Fonte: B3 e Santander

(d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida – RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(e) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(f) Riscos ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

(g) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	
Encargos e variação monetária de empréstimos, financiamentos (a)	<u>(32.112)</u>
Atividades de investimento	
Rendimento de aplicação financeira	<u>587</u>
Total	<u><u>(31.525)</u></u>

- (a) Referem-se aos encargos dos empréstimos e financiamentos e debêntures, realizados para subsidiar as construções da Companhia aos quais são capitalizados no ativos de contrato; e
- (b) Referem-se a rendimentos das investimentos temporários, mantidas para construção de linhas de transmissão que foram capitalizadas no ativos de contrato.

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2019	Fluxos de caixa de atividades de financiamento		2020
			Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos	226.284	187.654	32.112	446.050
Total	<u>226.284</u>	<u>187.654</u>	<u>32.112</u>	<u>446.050</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em um montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Risco	Vencimento das apólices	Importância segurada
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento/Construção	06/11/2022	50.722

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Sérvio Túlio dos Santos

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Brasília, 29 de abril de 2021

Outorgada: **Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.**

CNPJ: 26.845.173/0002-85

Joseph Zwecker

Joseph Zwecker Junior

Presidente

CPF: 279.145.265-68

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima

Diretor Financeiro

CPF: 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira

Geovane Ximenes de Lira

Contador

CRC: PE-012996-O-S-MA

CPF: 380.947.544-00

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.